ISSN 1808-0650

LETRA A

o jornal do alfabetizador

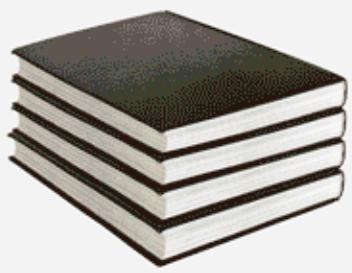
Belo Horizonte, agosto/setembro de 2011 - Ano 7 - nº 27

05 Dificuldade ou transtorno de aprendizagem?

07 O cordel fora do folheto

08 Metas para um Brasil escolarizado

12 Entrevista: letramento digital



Editorial

Enquanto este número estava sendo produzido, recebemos a triste notícia do falecimento de uma colega muito querida, Marildes Marinho. Poderíamos aqui falar da sua importância para o Ceale nesses vinte anos de existência do Centro, dos diversos projetos que vinha coordenando, da organização do Colóquio Letramento e Cultura Escrita, essa última atividade "a menina dos seus olhos verdes", que com grande entusiasmo levava adiante. Mas não caberia neste espaço do editorial todo o dinamismo dessa companheira, no auge da sua produção, e nem uma ínfima parte que correspondesse ao vazio afetivo que a sua morte brutal deixou. O Perfil deste Letra A *é a ela dedicado, como uma modesta homenagem que não será, com certeza, a derradeira. Marildes estará sempre presente na história do Ceale e na vida de cada um de nós, colegas da Faculdade de Educação, e será relembrada sempre.*

ISABEL CRISTINA FRADE E ZÉLIA VERSIANI - professoras da Faculdade de Educação da UFMG, pesquisadoras do Ceale e editoras pedagógicas do *Letra A*

O que há de novo no admirável mundo novo?

A cultura escrita nos meios digitais, tão disseminada em grande parte das atividades humanas contemporâneas, desafia a escola a conhecer usos que foram se consolidando no espaço doméstico, profissional, científico, entre outros. No entanto, podemos falar de exclusão digital para determinadas gerações e mesmo para alguns segmentos da população do século XXI. Nesse sentido, cabe à escola promover o uso crítico da tecnologia e, ao mesmo tempo, fornecer os meios que auxiliem crianças, jovens e adultos a dominar tanto a técnica quanto a cultura digital.

Por outro lado, não podemos nos inebriar com usos da tecnologia, esquecendo-nos de que é preciso formar um leitor crítico para qualquer tipo de suporte ou gênero textual. Não é a tecnologia que forma o leitor e o escritor, mas os usos e funções que a sociedade cria para a escrita. Formar o leitor e o escritor implica ainda a compreensão de uma nova relação com a escrita que a tecnologia passa a estabelecer. Assim, podemos dizer que a multimodalidade – uso de vários sistemas semióticos para interação e comunicação – torna mais complexa a noção de texto, composto por signos verbais e imagéticos que as telas permitem mais efetivamente integrar. A escola estaria preparada para lidar com essa complexidade na formação de leitores críticos e competentes? O *Letra A* entrevistou três pesquisadores para falar sobre o papel da escola na era do digital. Nesta edição, você ainda encontra mais sobre a cultura escrita nos meios digitais na seção Aula Extra, que traz reportagem sobre o uso de *games* na alfabetização.

Em tempos de novo Plano Decenal de Educação - matéria do Em destaque deste número - e da ideia de que cada criança deva ter um computador, é inegável que os usos dos meios digitais sejam uma meta a ser implementada nos planos que ainda virão e, nesse sentido, estamos com um duplo desafio: formar professores e alunos usuários críticos de tecnologia e formar professores que vejam seus alunos como aqueles que podem lhes ensinar técnicas e modos de uso de suportes e textos digitais. Talvez seja essa a grande revolução: há uma geração de "nativos digitais" que se forma nas *lan houses*, nos *games*, nos diversos ambientes sociais dos textos digitais como supermercados, bancos etc., e no permanente contato com outras mídias como televisão, revistas, jornais, entre outras, sempre prontas a nos ensinar as novidades.

Com as tecnologias digitais, as mudanças que se operam nas representações sociais de leitores e escritores sobre os usos da leitura e da escrita são muito relevantes. Um bom exemplo, que se destaca neste número do *Letra A*, é o da prática de leitura e escrita do cordel, que hoje se apresenta também publicado em meio digital. Quem esperaria que uma cultura típica do impresso e de práticas orais também chegasse às telas do computador e da televisão? Na seção Livro na Roda, estudiosos do cordel, cordelistas e professores que trabalham o cordel com seus alunos foram convidados a falar sobre essa modalidade popular da poesia que resiste ao tempo entre nós.

Desejamos a todos uma boa leitura, no impresso ou na versão *online*!

Grande abraço de Isabel Frade e Zélia Versiani

CARTAS E E-MAILS

"Estou escrevendo para dizer que recebi hoje o exemplar do Jornal *Letra A* número 26, com a matéria sobre o ensino fundamental. Gostaria de dizer que não consegui escrever-lhes antes de terminar a leitura de todas as matérias. Quero parabenizá-los pela qualidade das mesmas e pela seleção dos temas abordados nessa edição. Sem dúvida, vocês estão dando uma contribuição extremamente significativa para o desenvolvimento e aprimoramento do processo de implantação do fundamental de nove anos. Um grande abraço e obrigada pela oportunidade de participar desse processo."

E-mail enviado em 05 de julho à equipe de jornalismo do Ceale pela pesquisadora Doralice Paranzini.

ERRAMOS

Foi a pesquisadora Andressa Cristina Coutinho Barboza que, durante seu mestrado na Universidade de São Paulo, desenvolveu pesquisa sobre a Cartilha do Operário, e não Maurilane Biccas, como noticiado na reportagem especial do *Letra A* n° 25. Maurilane Biccas acompanhou o trabalho como coordenadora do NIEPHE (Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação) e orientadora da pesquisa de Andressa Cristina Barboza.

Envie suas críticas e comentários à equipe do *Letra A*.
E-mail: jornalismoceale@fae.ufmg.br ou ligue (31) 3409-5334.

expediente

Reitor da UFMG: Clélio Campolina Diniz | **Vice-reitora da UFMG:** Rocksane de Carvalho Norton | **Pró-reitor de Extensão:** João Antônio de Paula | **Pró-reitora adjunta de Extensão:** Maria das Dores Pimentel Nogueira
Diretora da FaE: Samira Zaidan | Vice-**diretora da FaE:** Maria Cristina Soares Gouvêa | **Diretora do Ceale:** Maria Lúcia Castanheira | **Vice-diretora do Ceale:** Sara Mourão Monteiro
Editoras Pedagógicas: Zélia Versiani e Isabel Frade | **Editora de Jornalismo:** Cecília Lana (16134/MG) | **Projeto Gráfico:** Marco Severo | **Diagramação:** Fábio Megale | **Ilustrações:** Fábio Megale e Jessica Soares | **Reportagem:** Cecília Lana, Darllam Cruz, Felipe Borges, Gabriela Terenzi e Leandro Lima | **Revisão:** Lúcia Helena Junqueira

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211/ 3409 5334
Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br

TROCA DE IDÉIAS

É possível definir literatura?

Foto: acervo pessoal

MÁRCIA ABREU - Pesquisadora do CNPq e professora da Unicamp.
E-mail: marcia.a.abreu@gmail.com.

Antes de responder, é preciso ter certeza sobre qual é, realmente, a pergunta. Se ela significar "é possível definir literatura de uma única maneira, válida para todos, em todas as épocas?", minha resposta será: "Não, claro que não!"

Uma consulta a um dicionário antigo deixará clara a dificuldade. O Diccionario da Lingua Portugueza, de Antonio de Moraes Silva, de 1831, apresenta a seguinte definição: "LITTERATURA: s.f. Erudição, sciencia, noticia das boas lettras, humanidades. Homem de grande litteratura." Ou seja, nada de poesia, nada de romance, nada daquilo que hoje pensamos que caracteriza a literatura.

Até o início do século XIX, quando alguém falava em "literatura", estava pensando no conjunto das obras já escritas e no conhecimento desse vasto material.

A definição de um conceito moderno de literatura principiou nessa época, quando professores, críticos e membros de academias começaram a se inquietar com o aumento do número de leitores e com o fato de que eles liam fundamentalmente para se divertir. Ao buscar criar diferenças entre os eruditos e o público em geral, entre as obras que eles apreciavam e as que eram lidas pela maioria, teve início um processo que culminou com a criação do conceito de literatura e com a seleção de um conjunto de obras que se tornaram canônicas. Assim, eles fizeram com que o termo "literatura" ocultasse em seu interior um adjetivo – "grande literatura" ou "literatura erudita".

A partir daí, a seleção das obras que seriam chamadas de literatura excluiu as obras produzidas fora do círculo da erudição e as que eram apreciadas por muita gente, mesmo que essas obras fizessem um uso artístico da linguagem, criassem um universo ficcional sofisticado e propiciassem o deleite de grandes contingentes de leitores.

Dessa forma, o que se chama de literatura, hoje, é um conjunto de obras selecionado pelas comunidades interpretativas autorizadas (ou seja, os professores universitários, os críticos literários, os autores de livros didáticos, os formuladores de políticas públicas etc.) entre os séculos XIX e XX.

Mas, felizmente, muitos *rappers*, leitores de *Harry Potter* e de folhetos de cordel não dão a menor bola para essa maneira de compreender a literatura e continuam lendo, ouvindo e se emocionando com os textos poéticos e ficcionais que eles tanto apreciam e pensando que isso sim é que é literatura!

Foto: acervo pessoal

MARISA LAJOLO - Pesquisadora do CNPq, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professora voluntária na Unicamp. *E-mail:* marisal@uol.com.br.

Definir literatura? Impossível! Se alguém achar que dá, me conte, combinado?

Para mim, a única definição possível seria dizer que literatura é um substantivo feminino, de cinco sílabas, paroxítono. Mas meus botões acham a resposta um absurdo, que não é isso que os leitores querem ouvir. Estranhei a segurança deles: então esses senhores redondinhos e com quatro furos sabem o que os leitores querem ouvir? Quem diria, hein?! Meus botões ficaram de mal comigo...

Botões de mal são um mal: desabotoam nas horas mais impróprias, quebram, caem quando não se tem agulha e linha, essas coisas... Resolvi fazer média e explicitar algumas de minhas crenças. *Crenças* e não definições!

A primeira é observar que na raiz da palavra literatura vem a ideia de letra, logo de escrita. A segunda é dizer que literatura é um tipo especial de escrita. O leitor esperto tem direito de espernear: especial por quê? Especial para quem?

Arrisco: literatura é um tipo especial de escrita não por características internas dos textos, nem pelos suportes em que circula, tampouco por intenção de seus autores. É um tipo especial de escrita pelo percurso que cumpre. Como assim?

Vejam só: para ser literatura, um texto precisa ter sua literariedade proclamada, confirmada, atribuída por academias, professores, histórias literárias, coisas assim. Se meu paciente leitor está pensando que então um texto não é literatura para sempre ou para todos, bingo! É isso mesmo! Vários intelectuais que se ocuparam do que chamavam de literatura brasileira, no século XIX, falavam de autores que hoje ninguém mais conhece e passavam em branco por autores que hoje são elogiados.

Ou seja, Paulo Coelho e Zibia Gasparetto têm grandes chances de serem canonizados mais adiante. Eeepa! Meus botões se rebelaram e me perguntam aonde vou chegar. Insinuam que não vou chegar a lugar nenhum. E talvez tenham razão...

Desisto. Troco de blusa, ponho uma sem botões e volto à ideia original de que literatura é um substantivo feminino, etc. etc. etc.

DICIONÁRIO DA ALFABETIZAÇÃO

Disposições

ANTÔNIO AUGUSTO GOMES BATISTA - Professor da Faculdade de Educação da UFMG; Coordenador de Desenvolvimento de Pesquisas do Cenpec

Em seu sentido usual, a palavra designa uma inclinação a agir de certa maneira em determinada circunstância. Em Sociologia, esse sentido comum ganha um significado preciso, tornando-se um conceito, associado especialmente à obra de Pierre Bourdieu e, mais recentemente, de Bernard Lahire.

Em primeiro lugar, o conceito designa uma propensão a agir de certa maneira e a fazer julgamentos estéticos, éticos e políticos de determinado modo. O verbo "agir" recobre o conjunto de nossas práticas mais cotidianas: escrever e ler, escolher a comida de que gostamos, como nos comportamos na escola. Trata-se de uma propensão mais geral de *ser* de determinado modo, pertencendo a uma esfera cultural que compartilhamos com outras pessoas que são próximas de nós.

Em segundo lugar, o conceito tende a designar não propriamente inclinações individuais ou pessoais, mas propensões sociais, compartilhadas pelos membros de um mesmo grupo e em cuja definição se conjugam fenômenos como, por exemplo, a posse de bens econômicos e culturais, o gênero, a identidade étnica, o território onde se vive, a geração.

Em terceiro lugar, o conceito designa não propriamente as "escolhas" que fazemos, mas um conjunto de esquemas mentais e princípios que regulam o processo de "escolha", sem que precisemos ter consciência desse processo. São opções em alguma medida inconscientes, porque condicionadas socialmente.

Isto ocorreria porque essas disposições resultariam da internalização, ao longo da história de cada um de nós, das condições de existência e das oportunidades que compartilhamos com os membros de nosso grupo social. Assim, se em nossa socialização na família estivemos expostos a fortes necessidades econômicas, é muito provável que desenvolvamos disposições favoráveis à valorização da poupança e não do gasto perdulário, do objeto útil e não do decorativo, da leitura que se faz para uma finalidade prática e não como um fim em si mesmo ou para o prazer.

Nas pesquisas educacionais, o conceito é utilizado para compreender fenômenos como, por exemplo, a "boa vontade cultural" das classes médias, um conjunto de disposições favoráveis à aquisição da cultura e das maneiras valorizadas pela escola: bom comportamento, cuidado com o material escolar, letra legível e bonita, caderno organizado, gosto pela leitura, esforço para o domínio da norma culta.

Cordel mineiro

Poeta popular realiza oficinas sobre cordel em escolas de Minas Gerais

POR DARLLAM CRUZ

O escritor, poeta e professor de língua portuguesa Olegário Alfredo, grande divulgador da literatura de cordel em Minas Gerais, conta que, há cerca de uma década, o gênero em que é especialista ainda era pouco conhecido no estado. "As escolas tinham vontade de levar o cordel para as salas de aula, mas não havia um autor nas proximidades para apresentar-lhes as características do gênero", explica o escritor. Membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, criada em 1988, o cordelista atendeu à demanda das escolas e passou a oferecer a elas cursos no formato de oficinas e de palestras.

As oficinas-palestras, como ficaram conhecidas as aulas ministradas por Olegário, acontecem desde 2005. Nos cursos, o poeta ensina aspectos variados da literatura de cordel, desde sua história até a técnica da escrita. Além de ensinar os alunos a fazer o cordel e a arte da xilogravura para as capas dos folhetos, apresenta-lhes autores e obras consagrados e as principais temáticas tratadas. O escritor tenta trazer para as aulas o contexto mineiro, apresentando às crianças textos de sua autoria. "Essa literatura tem uma aceitação muito grande. Além de divertir, educa e ensina a escrever, pois trabalha com rima, oração e métrica", diz. A resposta dos alunos é imediata. Segundo Olegário, "eles ficam encantados e começam a produzir seus próprios versos. É claro que não produzem um texto completo, mas conseguem rapidamente fazer uma metrificação". Para o escritor, o projeto é importante porque populariza o gênero no estado.

Para despertar leitores

Projeto cearense difunde a literatura de cordel para todo o país

POR FELIPE BORGES

Desde 2000, o Projeto Acorda Cordel na Sala de Aula difunde a literatura de cordel nas escolas. Seu idealizador, o cordelista Arievaldo Viana, já atuou em cidades como Fortaleza (CE), Mossoró (RN), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Uberlândia (MG), a partir do convite de escolas públicas e particulares, entidades e até ONGs. "Nas escolas que visitamos, realizamos palestras para as crianças sobre o cordel e recitamos folhetos. Propomos também atividades como a leitura coletiva, na qual cada aluno lê uma estrofe de um cordel", explica Arievaldo Viana, que eventualmente conta com a colaboração de outros poetas populares para desenvolver as atividades do Projeto.

Em turmas dos primeiros anos do ensino fundamental, Arievaldo Viana costuma iniciar o trabalho com a leitura de contos de fadas adaptados para os folhetos e depois passa para atividades de leitura e desenho: "É interessante porque as crianças não têm medo de ousar e experimentar e, por isso, se dedicam aos exercícios", afirma. Já nas oficinas, Arievaldo apresenta as técnicas para se fazer cordel: "Não é um curso para formação de cordelistas, e sim uma atividade para aprimorar leitores, para que eles entendam regras, como a métrica e a rima". O Projeto também leva para as escolas filmes como *O Auto da Compadecida*, baseado na literatura de cordel. "Assim, mostramos que o cordel é fonte de inspiração para várias manifestações artísticas, como a pintura, o artesanato, o cinema, o teatro, a música e a própria literatura", explica Arievaldo Viana.

Leitores e autores

Educadora de Sabará desenvolve trabalhos com cordel para promover a leitura e a escrita

POR FELIPE BORGES

Por cerca de 20 anos, a educadora Edna Umbelino desenvolveu um trabalho com a literatura de cordel em turmas de ensino fundamental de escolas das redes pública e privada de Sabará (MG). No início da carreira, ela trabalhava a leitura e a contação de histórias com os alunos da Escola Estadual Professor Zoroastro Vianna Passos. Hoje, Edna orienta professores sobre como utilizar os folhetos nas atividades escolares.

"O cordel é uma boa forma de estimular o gosto pela leitura e pela escrita", afirma a educadora. Além desse, o trabalho desenvolvido por Edna possui outros objetivos, como estimular a produção textual e a desenvoltura para a recitação. "O trabalho que eu fazia nas escolas era assim: primeiro, manuseávamos os folhetos, líamos e contávamos uns para os outros as histórias. Depois, eu apresentava a história do cordel. Por fim, os alunos escreviam folhetos e até apresentavam-nos nas feiras culturais de Sabará", conta. "O melhor é que você ensina uma série de coisas, como a sílaba poética, sem esforço, pois a atividade vira uma brincadeira".

Para inspirar seus alunos, Edna costumava falar-lhes das lendas da cidade de Sabará. "Depois, eu propunha aos meninos que recontassem essas histórias por meio do cordel", diz a professora. Até hoje, ela guarda materiais escritos pelos alunos.

Segundo Edna, o resultado de seu trabalho é claro: "Quando levo turmas a livrarias ou a feiras de livros, a primeira compra dos alunos são os folhetos de cordel".

Patologização do fracasso escolar

Antes de encaminhar para o médico, o professor deve testar novas estratégias de ensino com as crianças que apresentam dificuldades

POR DARLLAM CRUZ

A situação se repete: os pais da criança são chamados à escola porque o filho não acompanha o ritmo das aulas e aprende com dificuldade. "É preciso levar o menino ao médico", sugerem professores e supervisores. Principalmente na fase de alfabetização, quando se espera que a criança desenvolva as habilidades de leitura e escrita dentro de determinado prazo, a dificuldade no aprendizado incomoda a escola e a família. A pediatra e professora da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Aparecida Affonso Moyses, alerta: "Cada vez mais, o fracasso escolar é encarado como patologia, fazendo com que a questão extrapole o espaço educacional e adentre o espaço clínico". Como saber, então, se o fracasso é sintoma de um transtorno de aprendizagem ou apenas um indício da dificuldade própria da fase de alfabetização?

A pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Maria Lúcia Castanheira, explica que, após os três primeiros anos da educação, é desejável que uma criança que ingressou na escola aos seis anos já tenha consolidado capacidades relativas à leitura e à escrita, tais como: conhecimento do princípio alfabético, reconhecimento da estrutura de uma narrativa e desenvolvimento de habilidades de compreensão e leitura de pequenos textos. "Mas o tempo de aprendizado pode variar de criança para criança, e até mesmo de classe social para classe social. Depende também dos recursos da escola e da maneira de ensinar do professor", pondera.

"É importante diferenciar a dificuldade escolar dos transtornos relacionados à aprendizagem", diz a neuropediatra e professora da UFMG, Cláudia Machado Siqueira. "A dificuldade é a causa mais comum do mau desempenho escolar e está ligada a problemas de origem pedagógica ou sociocultural. Já os transtornos relacionam-se com problemas na aquisição e desenvolvimento de funções cerebrais envolvidas no ato de aprender, tais como dislexia, discalculia e transtorno de escrita".

O papel de cada um

"O que mais se discute quando se fala em fracasso escolar no Brasil são os distúrbios neurológicos, e o papel do profissional da Educação acaba por ficar de lado", critica a pediatra e professora da Unicamp Maria Aparecida Moyses. De fato, por não ter formação que lhe permita diagnosticar os transtornos, o professor pode ficar perdido e sem ação diante do fracasso do aluno.

Maria Lúcia Castanheira esclarece que a principal função da escola é, num primeiro momento, distinguir entre demandas psicológicas e demandas pedagógicas, isto é, descobrir se o que leva a criança a fracassar são fatores ligados às condições de ensino ou questões psíquicas do aluno. "Muitas vezes, a criança é levada a fracassar pelas situações de trabalho nas escolas. Por exemplo: há casos em que o professor possui jornada dupla de trabalho e não pode planejar cuidadosamente as aulas. Ou então o educador trabalha em uma sala de aula com 50 alunos, o que o impede de dar a cada um a atenção necessária", diz.

A verdade é que os problemas pedagógicos atuais acentuam as dificuldades tanto das crianças que possuem quanto das que não possuem transtornos de aprendizagem. Por esse motivo, o encaminhamento a uma avaliação especializada só deve ser feito após certo tempo de observação. Para Cláudia Machado Siqueira, é ao professor que cabe a tarefa inicial de observar atentamente o comportamento da criança. "O educador possui uma posição privilegiada para identificar desvios de desenvolvimento. Antes de procurar diagnósticos, ele deve observar se os métodos aos quais a criança está tendo acesso são adequados e, se for o caso, precisa traçar e testar novas estratégias educacionais", defende a neuropediatra.

Diagnóstico: uma questão delicada

Não existem exames complementares que identifiquem os transtornos de aprendizagem. O diagnóstico é sempre clínico e, na maioria das vezes, multidisciplinar. "É por esse motivo que todos os envolvidos no processo educacional devem ser ouvidos: escola, família e a própria criança", acredita Cláudia Machado Siqueira.

Para Maria Lúcia Castanheira, um dos maiores problemas ocorre quando não há diálogo entre as instâncias médica e pedagógica. "Há muitos casos de médicos que sequer perguntam pelas questões escolares", critica. "Já li prontuários que não descrevem em que situações a criança não consegue aprender. É preciso perguntar: quando o professor leu para a turma o texto que a criança não entendeu, de que forma foi feita essa leitura? A criança não entende o texto todo ou não entende certo tipo de pergunta?".

Linguista e professor da Faculdade de Educação da UFMG, Gilcinei Carvalho considera que fazer um diagnóstico de transtorno de aprendizagem é tarefa extremamente delicada. "É preciso ter cuidado, pois o processo de aprendizagem é naturalmente pautado por dificuldades e ter um ritmo mais lento não é necessariamente errado. O ato de aprender e dominar um novo código carrega uma grande complexidade. Classificar uma tarefa como fácil ou difícil é desconsiderar a complicada riqueza que é o processo de alfabetização".

Jogos eletrônicos tornam o aprendizado mais divertido...

...e estimulam o desenvolvimento de habilidades cognitivas como atenção, memória e rapidez de raciocínio

POR FELIPE BORGES

Uma criança com os olhos vidrados no *videogame* ou no computador é uma cena que pode fazer pais e professores "torcerem o nariz". Mas, segundo alguns pesquisadores, os *games* podem ser benéficos aos pequenos. Além de estimularem habilidades como a atenção e a rapidez de raciocínio, podem funcionar como instrumento auxiliar na sala de aula.

"Tudo o que é divertido pode ajudar na educação", afirma Carla Coscarelli, pesquisadora do Projeto Alfabetização e Letramento em Ambientes Digitais Interativos Multimodais (Aladim), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela explica que, de maneira geral, a dinâmica dos *games* parte de uma situação-problema, que exige uma estratégia para ser resolvida. "A criança precisa pensar em um método e utilizar determinados recursos para atingir o objetivo do jogo. Assim, ela tem que avaliar situações, saber onde está e para onde vai. Isso torna o raciocínio mais rápido e eficiente", explica.

A necessidade de solucionar problemas não é exclusividade de jogos digitais. Jogos físicos, como os de tabuleiro, por exemplo, também são movidos por essa dinâmica. Assim, para que se justifique, é importante que o trabalho com os *games* tenha um diferencial: "É preciso que o jogo eletrônico explore recursos tecnológicos próprios da mídia digital e que faça diferença em relação aos jogos físicos, senão os recursos de linguagem próprios dessa tecnologia ficam sub-explorados", explica Isabel Frade, pesquisadora do Ceale e integrante do Aladim.

Outro diferencial dos *games* é a exigência de uma atenção múltipla e constante aos diversos elementos do jogo, característica importante para a geração atual, que costuma trabalhar, ao mesmo tempo, em mais de uma atividade. Mas é claro que a multiplicidade de estímulos a que as crianças da geração digital estão expostas não elimina a necessidade da atenção única e dirigida: "Há momentos em que o sujeito tem que ficar concentrado num texto, refletindo. Tem hora pra tudo", defende o pesquisador do Aladim, Francisco Marinho.

Desafio no *game*, ganho na sala de aula

Um aluno em fase de alfabetização precisa memorizar as estruturas do sistema alfabético. "É aí que o *game* pode ajudar", acredita Carla Coscarelli. "Ele prende a atenção da criança por um bom tempo, algo que atividades convencionais em sala de aula podem não conseguir fazer. Além disso, ao obrigar o aluno a repetir atividades para avançar níveis, o jogo trabalha a memória da criança".

Os *games* educativos ainda são poucos, e bastante limitados. Segundo Carla Coscarelli, a maioria possui um repertório linguístico reduzido, sem contextualização ou lógica. Para piorar, muitos fornecem um *feedback* behaviorista, isto é, apresentam os resultados sempre em termos de acerto ou de erro. A série de jogos do Coelho Sabido, desenvolvida pela *The Learning Company* e editada no Brasil pela *Divertire/Melhoramentos*, é uma exceção. Dividido em volumes voltados para diferentes faixas etárias, o *game* é apontado por pesquisadores como sendo uma atividade completa. "Ele trabalha com fonemas, sílabas, palavras e textos dentro de um contexto", explica Carla.

Além de *games* voltados para a educação, é possível levar para a sala de aula jogos eletrônicos que não foram desenvolvidos especificamente para o ambiente escolar. Encontrado gratuitamente na *internet*, o jogo intitulado *Tom and Jerry – Rig a Bridge* [Tom e Jerry - Construa a Ponte, em português] é um exemplo de *game* que pode ser trazido para a sala de aula. O desafio consiste em fazer o ratinho Jerry montar uma ponte com objetos como clips e palitos para alcançar os pedaços de queijo espalhados pelo caminho, sem cair na boca do gato Tom, que está à espreita. "É um jogo que exige raciocínio e planejamento. O professor pode propor a atividade e depois pedir aos alunos que escrevam um guia sobre como construir a ponte ideal", sugere Carla Coscarelli.

A doutora em Educação e Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, Lynn Alves, sugere outra atividade, que foi desenvolvida em uma escola da Espanha. O exercício foi dividido em etapas: primeiro, as crianças, em fase de alfabetização, assistiam aos filmes da série *Harry Potter* e, depois, jogavam o *game* do bruxinho. Por fim, a professora lia os livros para a classe. Ao final de cada uma das etapas, os alunos produziam pequenos textos discutindo as atividades, e as produções eram publicadas em um *blog*. "As crianças interagiram com linguagens distintas, trabalhando a leitura e a escrita em diferentes mídias", aponta Lynn Alves.

Resistência

Ainda há muita resistência por parte dos pais e professores com relação aos *games*: "Isso ocorre, em certa medida, por falta de habilidade das gerações mais antigas com a tecnologia. Há adultos que nunca jogaram um *game*, o que torna o seu uso um obstáculo", afirma Francisco Marinho. Carla Coscarelli aponta outros motivos para a dificuldade de aceitação da tecnologia: "O problema é o pensamento de que uma coisa é estudar e outra é brincar, como se brincando as pessoas não estivessem aprendendo. A brincadeira é muito aceita nos primeiros anos escolares, mas depois desaparece". Sandra Rodrigues, coordenadora do Núcleo de Educação a Distância da Fundação Joaquim Nabuco, enxerga mudanças no futuro: "Os professores que estão se formando agora cresceram na era tecnológica, e são mais íntimos das tecnologias atuais. Se souberem usar os *games* de maneira adequada nas atividades escolares, será ótimo".

Dos cordões para a rede

A literatura de cordel, hoje encontrada em livros, revistas de histórias em quadrinhos e até na *internet*, continua atraindo o público infantil com o ritmo e a musicalidade de seus versos

por Felipe Borges

"Desse casual encontro
Nasceu um amor fiel
Entre Martim e a índia
Que tinha os lábios de mel
Muito embora ela, mais tarde
Provasse um amargo fel..."

Um curumim, um pajé e a lenda do Ceará
Rouxinol do Rinaré

Iracema, de José de Alencar, não é um livro comumente indicado para crianças. Mas sua adaptação infantil e cordelizada - como nos versos acima - agrada aos pequenos. O mérito é do poeta popular cearense Rouxinol do Rinaré, nome artístico de Antonio Carlos da Silva. Segundo ele, "adaptar obras canônicas para o público infantil, passando-as para a linguagem do cordel, é uma forma de apresentar às crianças obras de escritores consagrados da literatura brasileira que elas só conheceriam no futuro e, provavelmente, leriam por obrigação". Para Rouxinol, o hábito da leitura precisa ser cultivado desde cedo. "Quero que o público infantil tome gosto pela leitura", explica. *Um curumim, um pajé e a lenda do Ceará* é apenas um dos casos de folhetos de cordel inspirados em clássicos da literatura. *Hamlet* e *Dom Quixote* também já possuem diversas versões cordelizadas em livro, feitas por diferentes autores.

Leitura fácil, dinâmica e contagiante

Rouxinol do Rinaré acredita que é principalmente devido à métrica e à musicalidade próprias ao gênero que o cordel é um bom instrumento de iniciação das crianças na leitura. Essa é também a opinião do professor da Universidade Federal da Paraíba, Hélder Pinheiro. Para ele, que é um dos autores do livro *Cordel na Sala de Aula*, o gênero possui um ritmo contagiante e dinâmico que atrai as crianças. "O cordel cumpre a função da literatura nos anos iniciais da escola: sensibilizar e ensinar a brincar com as palavras, além de aproveitar o lado musical, lúdico e sonoro da língua".

O cordelista cearense Arievaldo Viana sugere aos professores uma maneira de se propor a leitura do gênero na sala de aula: "O ideal é colocar cada aluno para ler uma estrofe de um cordel. É um exercício em que todos se envolvem, pois a leitura é fácil e o ritmo prende a atenção das crianças". Rouxinol do Rinaré aponta que o cordel pode, também, cumprir o papel do material paradidático. "Além da questão da ludicidade, das rimas e da própria forma de se ler a história, ele trabalha com referências à geografia, à matemática, à língua portuguesa e à história", explica.

Ontem e hoje

Quando se pensa em cordel, a associação imediata é com imagens do nordeste, folhetos pendurados em cordões, poetas recitando versos... Hoje, no entanto, a literatura de cordel se tornou mais que isso. Nas últimas décadas, o gênero foi adaptado para suportes variados como livros, revistas de histórias em quadrinhos e até mesmo *blogs*.

"Eu me encantei pela leitura por causa do cordel". A fala de Rouxinol é também a de vários outros cordelistas brasileiros. Antigamente, em cidades do interior nordestino, os poucos que sabiam ler recitavam versos para familiares e vizinhos que não tinham sido alfabetizados. Foi assim que a maioria dos poetas populares atuais se interessou pela literatura. Hoje, a prática noturna dos recitais é rara: "A leitura em grupo se perdeu, porque era uma necessidade própria daquela época", conta Rouxinol.

Segundo o cordelista baiano Gustavo Dourado, o perfil do leitor da literatura de cordel mudou bastante com o passar dos anos: "Atualmente, o público é diversificado e se espalha pelo país, o que se deve à migração dos nordestinos e também ao crescente interesse dos acadêmicos por estudar esse gênero popular. Hoje, boa parte dos leitores da literatura de cordel são estudantes universitários e pesquisadores, inclusive do exterior." O professor Hélder Pinheiro explica o interesse dos acadêmicos: "Os historiadores utilizam os folhetos de cordel para estudar figuras históricas, como o Padre Cícero, por exemplo. Os antropólogos, para analisar os costumes retratados nas histórias. Já os estudiosos da literatura analisam as ligações entre o cordel e as demais tradições literárias".

Permanências, apropriações e recriações

Algumas características formais próprias do cordel parecem resistir à influência dos tempos: "Há regras rígidas, de rimas e métricas, que não foram modificadas", afirma Arievaldo. No entanto, para acompanhar a modernidade, o gênero passou a tratar de temáticas atuais e a ser "contado" em novos formatos. "Antigamente, os versos falavam do cangaço. Hoje, falam da prevenção à AIDS, do combate às drogas e até da morte do Bin Laden. Cada poeta aborda questões da sua época", explica o cordelista.

Além da adaptação das narrativas do cordel para o formato de livros, o gênero migrou também para as histórias em quadrinhos (leia mais sobre o assunto na seção Saiba Mais). Mas a última novidade é a presença do cordel na *internet*. Hoje, vários cordelistas possuem *blogs*, nos quais publicam seus versos ou divulgam o lançamento de seus folhetos e livros. Para Rouxinol do Rinaré, trata-se de uma evolução natural: "O cordel começou na linguagem oral, passou pelo manuscrito e pelo impresso e agora está na *web*. Temos que aproveitar a *internet* para divulgar o gênero". Hélder acha positiva a contribuição das novas tecnologias, mas, para ele, nada substitui a experiência do folheto: "O encanto do cordel vem do papelzinho na mão".

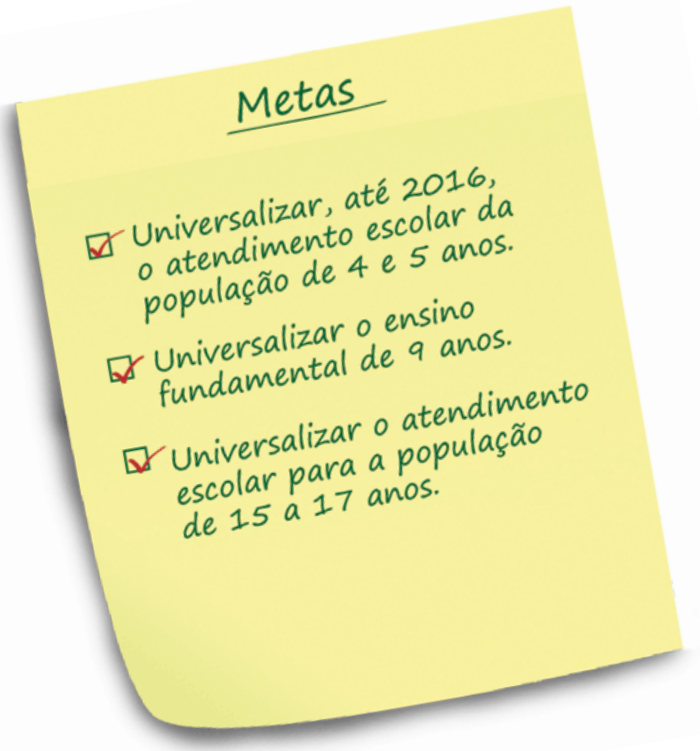
O PNE é para todos

Projeto de lei para um novo Plano Nacional de Educação tramita no Congresso Nacional, mostrando perspectivas para os futuros 10 anos de trabalho nas salas de aula

POR GABRIELA TERENZI

O professor da escola municipal Amílcar Martins, em Belo Horizonte (MG), Heber Simey, começou a dar aulas em uma instituição pública no início deste ano. Trabalha com uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental e outra do Ensino Infantil. No início do ano, é feita uma avaliação diagnóstica para aferir em que estágio os alunos estão em relação à alfabetização. Em sua turma, apenas dois alunos ainda não sabiam decodificar as letras. Por outro lado, a maior parte dos estudantes não ia muito além disso. O educador confessa que gostaria de ter mais tempo para cursos de atualização e congressos. "Teria que faltar ao trabalho para fazer esses cursos, e isso criaria uma complicação com os outros colegas", lamenta. Atualmente, o professor estuda inglês para prestar prova de Mestrado. Será que cabe apenas a ele e à escola promover mudanças em sua rotina de trabalho?

Heber Simey diz já ter ouvido falar sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), mas confessa não estar a par do tema - ainda não ocorreu nenhuma reunião ou debate para tratar do assunto na escola onde trabalha. Enquanto o Projeto de Lei (PL) para o PNE 2011/2020 tramita no Congresso Nacional, entre políticos, economistas e acadêmicos, suas implicações parecem distantes. Entretanto, o documento afetará diretamente o cotidiano do professor Heber e de tantos outros profissionais em um futuro próximo. O Plano Nacional de Educação 2011/2020 promete ser a grande orientação para as políticas públicas em Educação nos próximos 10 anos. Trata-se de um texto com 10 diretrizes, 20 metas e 170 estratégias a serem cumpridas por meio de ações políticas e investimento financeiro, visando alcançar o trabalho em sala de aula.



Avanços, ainda

Durante o ano de 2009, uma série de conferências municipais, estaduais e regionais foi articulada para o debate entre setores da sociedade civil, culminando na Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em 2010. A CONAE elaborou um documento final contendo suas demandas e enviou-o ao Ministério da Educação. No dia 15 de dezembro de 2010, o governo federal entregou ao Congresso Nacional o projeto de lei (PL) para o Plano Nacional do decênio 2011-2020. Na realidade, a história da criação de planos nacionais elaborados para nortear as ações e os investimentos governamentais na área da Educação começou há cerca de 10 anos.

O primeiro Plano Nacional de Educação, após a redemocratização do Brasil, entrou em vigência em 2001 e terminou no ano de 2010. O PNE 2001/2010 continha 295 metas agrupadas em temas. O debate à época da votação do plano foi marcado por uma grande rivalidade: havia duas visões competindo no Congresso Nacional – a chamada "proposta da sociedade" e a proposta do Ministério da Educação, que acabou prevalecendo. Diante dessa situação, grupos e entidades civis ligados à educação não abraçaram o plano promulgado, que acabou não se tornando a grande referência para as políticas educacionais no período, avalia o professor da Universidade Federal de Goiás Luiz Fernandes Dourado. Assim, ações isoladas marcaram os 10 anos de vigência do plano de 2001. É natural, portanto, que vários professores não tenham sequer ouvido falar em PNE. Grande parte das metas não foi cumprida e, ao longo dos anos, o texto se tornou apenas uma carta de intenções.

Cortes no financiamento e falta de meios para acompanhar e avaliar o cumprimento das metas prejudicaram a obtenção dos objetivos do PNE 2001/2010. Apenas em 2007 algumas metas foram resgatadas, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (leia *box*). Outro avanço que marcou a década foi a Emenda Constitucional 59, de 2009, que determina a obrigatoriedade do ensino para toda a população de quatro a 17 anos até o ano de 2016.

O debate com a sociedade civil é apontado como um diferencial importante no novo PNE em relação ao seu antecessor. "A realização de conferências em todo o país foi um grande avanço", considera a doutora em Sociologia da Educação Lívia Fraga. "Quanto mais democrático o processo, mais setores vão participar das formulações das metas", explica. Para o mestre em Políticas Públicas em Educação Luiz Araújo, o texto do PL é fruto do documento final elaborado pela CONAE, que conta com contribuições de vários grupos e entidades civis, ainda que não tenha absorvido todas as suas demandas.

PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 2007 e conta com trinta ações. Entre elas, está a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que agrega financiamentos federais, estaduais e municipais para aplicação exclusiva na educação básica, redistribuindo-os aos estados e municípios com base no número de alunos informado no censo escolar do ano anterior. O FUNDEB substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), passando a contemplar toda a educação básica, e não apenas o Ensino Fundamental.

Além da criação do FUNDEB, o PDE instituiu metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), compromisso reafirmado na meta de número 6 do novo PNE.

Outra importante mudança incorporada pelo PDE foi a aprovação da lei do Piso Nacional Salarial do Magistério da Educação Básica, que estabeleceu que o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica fosse de R$ 950,00 mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal. A lei também previa a elevação gradativa desse valor. Atualmente, o piso foi reajustado para R$ 1.187,97 para jornada de 40 horas semanais, sendo considerado como a remuneração básica, sem contar os acréscimos pagos de forma diversa por estados e municípios.

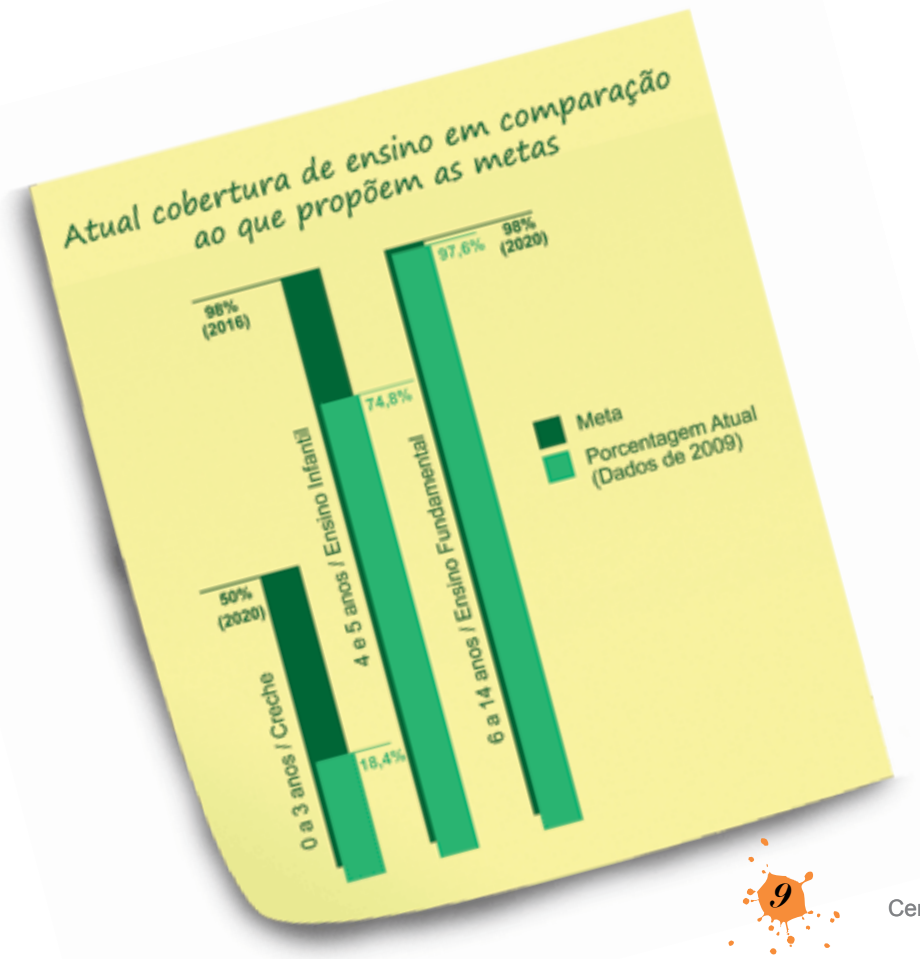
Direitos e deveres na Educação Infantil

Assim como Heber Simey, a professora da escola municipal Maria Lígia Borges, em Ponta Porã (MS), Antônia Kelly Garcete Rodrigues, também trabalha com uma turma de Ensino Fundamental – 1° ano – e com uma turma da pré-escola. A maior parte dos estudantes do 1° ano não passou pela Educação Infantil, fato que ela lamenta. "Há um choque entre as crianças que já têm desenvolvidos conceitos necessários à alfabetização e aquelas que nem sabem pegar no lápis", relata. Ao lado da escola, há uma creche, de onde saem alguns dos futuros alunos da turma de pré-escola da professora Antônia Rodrigues. Ela comenta que muitas dessas crianças já conseguem ler ao sair do jardim de infância.

A primeira meta do PNE 2011/2020 reforça o que já havia sido determinado pela Emenda Constitucional 59: "universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos". Ou seja, nenhuma criança chegará mais ao Ensino Fundamental sem passar antes pela Educação Infantil. Dados de 2009 apontavam que o percentual de crianças entre quatro e cinco anos frequentando a escola era de 74,8%, enquanto a cobertura do Ensino Fundamental era quase universal – 97,6% (considera-se universal a partir de 98%).

A meta de número 1 ainda prevê a ampliação da Educação Infantil, de forma a atender 50% da população de zero a três anos até 2020. Em 2009, apenas 18,4% das crianças nessa faixa etária frequentavam uma creche.

A professora da Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Educação Mônica Correia Baptista afirma que é muito importante entender a função social da Educação Infantil: "Ela responde a uma luta que, no Brasil, culminou com o princípio básico, escrito na Constituição Federal, de que a criança tem direito a ser educada em instituições formais desde seu nascimento". Com as novas determinações legais, crianças de quatro e cinco anos passam a ter frequência escolar compulsória. Para aquelas de zero a três anos, matricular-se em instituições formais é uma decisão da família. Porém, em ambos os casos, é uma obrigação do Estado assegurar o acesso a instituições onde a criança possa se beneficiar de um processo educativo de qualidade.



Língua escrita para menores de seis anos

A discussão sobre o papel da Educação Infantil se relaciona com a meta de número 5, que aparece mais adiante no projeto de lei do PNE: "alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade".

Mônica Correia levanta a discussão: "Que concepções de alfabetização e letramento estão em questão nessa meta?". Para ela, a expectativa em torno da meta 5 é de que a criança, até os oito anos, seja usuária de uma cultura escrita, o que significa, além de entender a diferença entre os grafemas e os fonemas, compreender como funciona a escrita do ponto de vista social. "Como se escreve uma carta, que é diferente de uma reportagem ou de textos literários", exemplifica.

Em nota técnica sobre o PNE 2011/2020, o Ministério da Educação afirma: "A alfabetização e o letramento são processos longos, mas perfeitamente passíveis de serem atingidos em um nível básico após a passagem da criança pela Educação Infantil e pelos primeiros anos do Ensino Fundamental".

No trabalho que realizam com suas turmas de Educação Infantil, Heber Simey e Antônia Rodrigues já procuram proporcionar aos pequenos o contato com o universo escrito. Heber costuma levar para as crianças embalagens de produtos comerciais, além de contar e encenar histórias. Antônia também trabalha com material literário, contando histórias de diferentes maneiras: oralmente, por escrito e com desenhos. O trabalho dos dois professores vai ao encontro do que prevê o PL e também do que pensa a pesquisadora Mônica Correia, que frisa que a criança pequena "tem direito a ter acesso à linguagem escrita".

Para a doutora em Educação, a criança pode e deve aprender a linguagem escrita na Educação Infantil, desde que o aprendizado não tenha como objetivo uma preparação para o Ensino Fundamental. "A criança interage com o mundo escrito porque tem muito interesse. A aprendizagem da linguagem escrita e a forma como a criança pequena interage com o mundo são coisas totalmente compatíveis", justifica. "A linguagem é uma brincadeira e a brincadeira é uma linguagem. Tudo depende do trato pedagógico que o professor confere às atividades", afirma.

Para Mônica Correia, a Educação Infantil deveria ser capaz de realizar dois principais trabalhos com relação à linguagem escrita: fazer a criança gostar de ler e escrever e fazê-la acreditar na própria capacidade de ler e escrever. A pesquisadora explica que, para alcançar esses objetivos, o professor tem que ler muito para seus alunos, e mostrar que a leitura pode mudar perspectivas. "Uma pessoa que lê vive muitas vidas. O professor precisa ser um leitor para passar para as crianças esse amor e prazer pela leitura", conclui.

Indícios restritos

Na escola municipal Maria Lígia Borges, em Ponta Porã (MS), assim como na escola de Belo Horizonte (MG), não há conhecimento geral sobre o Plano Nacional de Educação. A professora Antônia Rodrigues conta, no entanto, que uma série de medidas públicas interferiu em seu trabalho recentemente. Uma delas diz respeito a uma nova política da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã, que passou a exigir maior cobrança nos resultados das escolas em avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – veja mais detalhes sobre o Índice no box abaixo. "Aqui, as pessoas sabem qual é o Ideb das escolas, porque é divulgado na rádio e nos jornais. Todo mundo fica com vergonha quando o índice de alguma escola fica muito baixo!", relata.

A professora acredita que o aumento da cobrança mudou positivamente a postura das escolas, que se engajam na busca pelos resultados. Já na opinião do professor mineiro Heber Simey, as avaliações numéricas são muito limitadas, pois não permitem visualizar muitos dos aspectos que afetam os resultados, como a importância do envolvimento da família nas atividades escolares. "A cobrança fica muito focada na sala de aula", critica.

Dentro das diretrizes para o PNE 2011/2020, afirma-se que o Ideb será o parâmetro utilizado para avaliar a qualidade de ensino da educação básica. No mesmo artigo, preveem-se novos empreendimentos em estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infra-estrutura das escolas de educação básica. O Ideb é, também, tema da meta 7 do PNE 2011/2020, que estabelece médias nacionais a serem atingidas progressivamente até 2021: 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 para os anos finais e 5,2 para o ensino médio.

Para o mestre em Políticas Públicas em Educação Luiz Araújo, apesar de ser um ponto de partida, o índice ainda não é suficiente: "O Ideb não nos oferece uma fotografia da escola. No máximo, é uma fotografia embaçada". A doutora em Sociologia da Educação Lívia Vieira entende que o Ideb não propicia uma ação imediata: "Ele não responde por que as coisas estão assim e o que deve ser feito". Para a pesquisadora, o atual sistema responsabiliza unicamente o professor pelo mau desempenho: "A escola passa a trabalhar para ter um bom resultado no Ideb e perde outras dimensões". Ela defende que o Ideb seja conjugado a outros tipos de avaliação, que permitam enxergar o entorno das escolas e as condições dos professores.

IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é aferido a cada dois anos, com o objetivo de avaliar a qualidade escolar, em notas que vão de 0 a 10. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e de médias de desempenho nas duas avaliações do Inep: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil. Os resultados estão disponíveis para consulta pública na *internet* (confira a seção Saiba Mais).

O professor também ganha

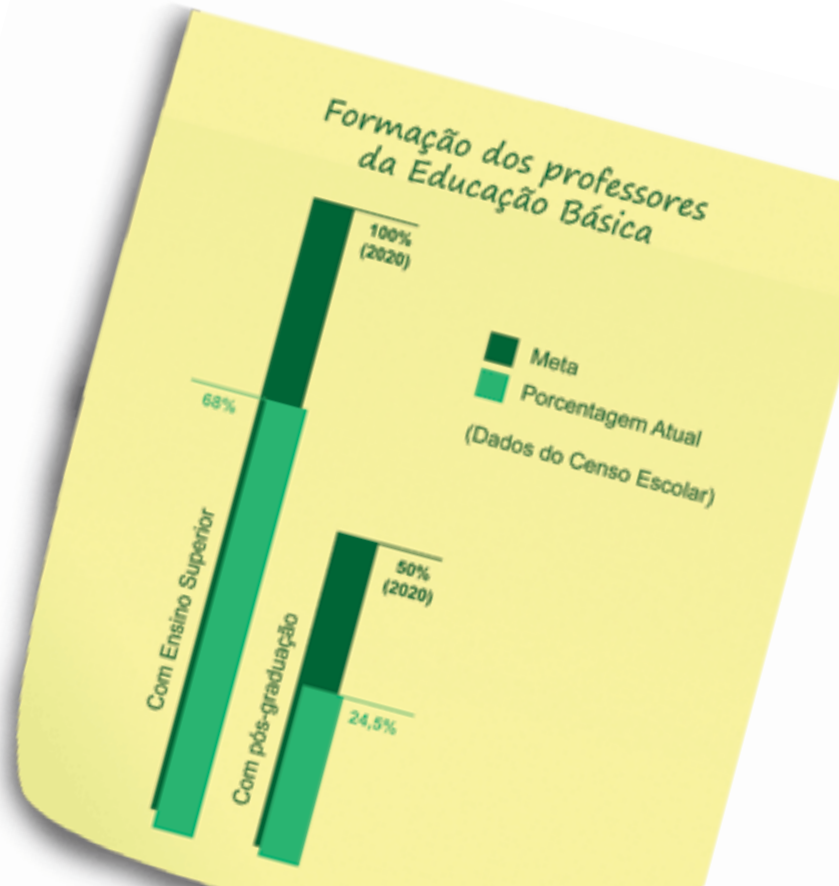
A professora Antônia Rodrigues fala com entusiasmo sobre os benefícios da participação em cursos de formação: "É muito bom quando profissionais de fora trazem ideias novas. Dá um novo ânimo para o trabalho e você quer logo tentar tudo na sua sala de aula", relata a educadora, que concluiu recentemente um curso dessa modalidade. Assim como o educador Heber Simey, ela vê a possibilidade de iniciar o Mestrado em um futuro próximo.

O Plano Nacional de Educação 2011/2020 contém seis metas e 170 estratégias que tratam da valorização dos profissionais da Educação. Duas delas falam especificamente sobre a formação: a meta 15, que determina que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior; e a meta 16, que fala em formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, além de garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Assegurar a existência de planos de carreira para profissionais do magistério, tema da meta 18, é um grande incentivo à formação continuada para professores que querem se aperfeiçoar, como Heber Simey e Antônia Rodrigues. Dados da CNTE mostram que 46% dos professores não possuem um plano de carreira. Para o Diretor de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo, isso é reflexo do que ocorre na prática: a maior parte dos municípios não possui políticas específicas para remuneração dos professores. Resultado: muitos profissionais, mesmo após a conclusão de uma pós-graduação, não recebem aumento de salário.

Para Heleno Araújo, o projeto de lei do novo PNE traz, ainda, outros elementos que podem melhorar a situação dos profissionais da educação no Brasil. Um dos possíveis ganhos pode ser alcançado se for respeitada a meta 17, que fala em aproximar os rendimentos do profissional do magistério aos dos demais profissionais de escolaridade equivalente. Segundo Heleno Araújo, mais que aproximar os salários, o ideal seria equipará-los.

A meta 17 ainda conta com uma estratégia que prevê a implementação gradual da jornada de trabalho cumprida em um único estabelecimento escolar. Atualmente, o professor tem direito a ter dois vínculos empregatícios em instituições públicas municipais e estaduais – podendo somar 80h/aula semanais. Heleno Araújo afirma que a jornada dupla se torna uma necessidade frente à baixa remuneração. Se a meta for alcançada, os professores não poderão mais ser pagos por duas instituições públicas diferentes, o que reforçaria, segundo o diretor da CNTE, a necessidade de um reajuste salarial.



5, 7, 10: a polêmica questão do PIB

As expectativas gerais são de que o novo PNE seja mais bem-sucedido que o anterior. Persiste, no entanto, um embate em torno do financiamento necessário para que as metas sejam alcançadas, polêmica que tem sido o foco das discussões da grande mídia.

O PNE 2001/2010 previa, inicialmente, uma ampliação do investimento público para a educação que chegaria à marca de 10% do produto interno bruto (PIB) do país. A meta foi vetada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e não sofreu alteração no governo subsequente. A nova proposta, contida na vigésima – e última – meta do PNE 2011/2020, é de que a ampliação do investimento seja feita de forma progressiva até atingir, no mínimo, 7% do PIB. O documento final da CONAE pedia investimentos que chegassem a 10% do PIB.

O investimento público em Educação cresceu 1,1% em relação ao PIB na última década (de 3,9% para 5%). A substituição do FUNDEF pelo FUNDEB – que representou uma extensão do investimento na Educação Básica para além do Ensino Fundamental – foi uma das razões que motivaram o maior aporte de recursos. Some-se a isso a criação do Piso Nacional Salarial do Magistério da Educação Básica e a ampliação da obrigatoriedade da educação com o Ensino Fundamental de nove anos, e temos os grandes motivadores do aumento no investimento.

Por que números tão diferentes estão sendo propostos pelo governo e por grupos da sociedade civil? A opinião do mestre em Políticas Públicas em Educação Luiz Araújo é crítica: "A sociedade civil quer que, em 2020, todo brasileiro estude em uma escola com um padrão mínimo de qualidade. Isso custa dinheiro e está ausente dos planos do MEC". Um exemplo de ponto de conflito relativo ao financiamento diz respeito à ampliação do Ensino Superior, tema da meta 12, que prevê um aumento de 5,3 milhões de matrículas. O governo propõe que seja mantida a atual cobertura pública de 26,4% das matrículas, ou seja, a maior parte do aumento da oferta virá do ensino privado. A CONAE defende que a cobertura pública passe para 60% em 2020, o que demanda, obviamente, muito mais dinheiro. Além disso, a proposta governamental é que, dentro do percentual de 26,4%, de sua responsabilidade, 50% das novas vagas sejam oferecidas em Ensino a Distância (EAD). A diferença entre o custo aluno/ano de um estudante na modalidade presencial para um estudante na EAD é enorme: R$15,5 mil e R$3,09mil, respectivamente.

Possibilidade histórica

Para o professor da Universidade Federal de Goiás, Luiz Fernandes Dourado, o PNE 2011/2020 trouxe avanços, mas um ponto crítico diz respeito a metas intermediárias para cada uma das 20 metas principais, que facilitariam o acompanhamento e gestão do plano, e ainda não foram elaboradas. Outro problema diz respeito à definição de compromissos e responsabilidades de cada ente federado – municípios, estados e União. Quem fica responsável pelo quê? As diretrizes do PL apontam a necessidade de um regime de colaboração entre os entes, e várias metas baseiam-se nesse pacto, que não é, de fato, explicitado no texto. Luiz Araújo entende que a indefinição, além de criar um obstáculo para a execução do plano, dificulta a cobrança posterior. Afinal, somente apontando as tarefas de cada um é que se poderia determinar quem falhou – e como reparar essa situação.

Para ele, uma solução seria estabelecer formas participativas de fiscalização e controle da execução das metas, "tornando a sociedade uma força propulsora de seu cumprimento". Também seria importante, na opinião do professor, estabelecer prazos para estados e municípios elaborarem seus respectivos planos educacionais, determinando proibições de repasses federais para o ente federado que não cumprir o prazo. "Em nosso país, as leis que dão certo sempre possuem medidas punitivas associadas a elas", constata.

A questão do financiamento deverá prosseguir na pauta do debate midiático pelos próximos meses, garantindo visibilidade à votação do novo plano. A aprovação do Plano Nacional de Educação 2011/2020 deveria ocorrer ainda este ano, que marca o início do novo decênio, mas a perspectiva de que esse prazo se concretize é pessimista. "Acho que o PNE não seria aprovado em 2011 mesmo se não tivesse recebido tantas emendas", acredita Luiz Fernandes Dourado. "Os setores organizados precisam de mobilização". Segundo o professor, o adiamento da votação do PNE para 2012 seria problemático, pois o ano é de eleições municipais, o que acarretaria uma secundarização do plano na pauta política, além de complicar o cumprimento de prazos. Em um país marcado pelo atraso na educação, um novo plano nacional, que de fato norteie as ações governamentais nos próximos anos e provoque mudanças na sala de aula, tem urgência e deve ser acompanhado muito de perto pela sociedade civil. Como afirma, sem nenhum exagero, o professor Luiz Fernandes Dourado, "Temos uma possibilidade histórica neste momento".

LEGISLAÇÃO

O sistema de leis da educação brasileira funciona assim: a Constituição Federal estabelece os grandes princípios da educação. Determina os seus objetivos, prevê os deveres do Estado e os direitos dos cidadãos, define o repasse de recursos para a educação no âmbito dos estados e dos municípios, além de determinar a obrigação da elaboração, por parte do Estado, de um Plano Nacional de Educação a cada dez anos. Abaixo da Constituição, a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece mais detalhadamente quais são as incumbências da União, dos estados, dos municípios, e até mesmo as responsabilidades das escolas e dos professores. Os planos nacionais estabelecem recursos, prazos e estratégias para alcançar as grandes diretrizes que estão na legislação nacional maior, tornando-as mais concretas.

No dia 15 de dezembro de 2010, o governo federal entregou ao Congresso Nacional o PL para o Plano Nacional do decênio 2011-2020. A partir do dia 25 de maio de 2011, abriu-se o período para sugestão de alterações no texto, que terminou no dia 9 de junho. Setores organizados da sociedade civil se mobilizaram para propor nova redação ao PL, através de emendas que foram assinadas por diversos deputados. Foram 2.915 sugestões de emendas enviadas ao Congresso Nacional. O deputado federal Ângelo Vanhoni, relator do texto, deve elaborar um relatório para apresentação de novo texto. Em seguida, abre-se novo prazo para sugestão de emendas. Ao final dessa tramitação, o plano é levado ao Senado, onde deverá ser votado.

Admirável Mundo Digital

O digital chegou à escola, mas será que a escola chegou ao digital?

por Gabriela Terenzi e Leandro Lima

Twitter, Facebook, Orkut, chat, iPhone, iPad, Wikipédia, Google. Vc naum sabe do q estamos falando? Não se assuste! Muito além de nomes oriundos da língua inglesa e adaptações do português para o ambiente *online* – apelidado "internetês" –, a invasão da *internet* e das mídias digitais tem modificado consideravelmente o cotidiano das pessoas. Crianças e jovens estão cada dia mais conectados, enquanto muitos professores e escolas ainda não sabem como lidar com as novas tecnologias e linguagens digitais. Para discutir o conceito de letramento digital, o *Letra A* convidou a pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Carla Viana Coscarelli, a professora do Mestrado em Estudos de Linguagem do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-MG), Ana Elisa Ribeiro, e o pesquisador da Universidade Federal do Ceará, Júlio César Araújo. Participaram da entrevista os membros da equipe de jornalismo do Ceale Cecília Lana, Gabriela Terenzi e Leandro Lima. O bate-papo foi tão interativo quanto as redes sociais. Confira as reflexões e dicas de trabalhos para levar para a sala de aula.

Afinal, o que é letramento digital?

Carla: No Brasil, aconteceu o seguinte: as pessoas eram consideradas alfabetizadas quando sabiam assinar o nome ou escrever um bilhetinho mínimo. Era quase não saber. Eu me lembro que, há muito tempo, quando trabalhei em um projeto de alfabetização de adultos, pedi para os meus alunos escreverem apenas o primeiro nome, sem o sobrenome, e eles não sabiam. Porque, na verdade, era um desenho o que eles sabiam fazer: ou desenhavam o nome completo ou não desenhavam. Por isso, a distinção entre os conceitos de alfabetização e de letramento funcionou bem. Não adianta a pessoa saber apenas juntar letras e formar sílabas, ela tem que saber usar isso: ser um leitor e um escritor proficiente, conhecer os variados gêneros que a sociedade demanda. Essa separação acabou sendo muito produtiva aqui no Brasil e, com o digital, não é diferente.

Ana Elisa: O letramento é uma prática social. Logo, não está necessariamente ligado à escola. As pessoas aprendem coisas sobre o digital no dia a dia. É claro que a gente discute como a escola deveria ou poderia se apropriar do computador, mas a sociedade já se apropriou há muito tempo e em muitas instâncias. O letramento digital não tem e nem precisa ter esse caráter de algo a ser ensinado, no sentido de aula escolar. Vão lhe ensinar, mas você pode aprender em uma *lan house*, ou observando alguém manusear.

Júlio: Até pouco tempo, as pessoas falavam em letramento para se referir a algumas habilidades. Então, ter letramento digital era saber ligar um computador, navegar, participar de um bate-papo, identificar onde clicar... Depois, a palavra passou a ser utilizada para falar do contexto em que esses conhecimentos deveriam ser utilizados. Saber o que fazer com o domínio da tecnologia, isso é ser letrado hoje. Eu acho que uma das facetas do letramento é mesmo a habilidade, mas talvez ela seja a menos importante.

E que aspectos do letramento digital seriam mais importantes?

Ana Elisa: Em minha pesquisa de mestrado, trabalhei com leitores universitários, isto é, pessoas com um alto nível de escolaridade, bem maior que o da maior parte da população. E percebi que, às vezes, a pessoa é muito boa em operar a máquina, o *software*, a busca, mas não é um bom leitor. Isso serve para o impresso também: o sujeito conhece a configuração do objeto, sabe como é que se procura informações no jornal, o que é a primeira página e qual é sua função. Mas, ao chegar ao texto, notei, através das perguntas que fiz, que muitos não entendiam o conteúdo. Quer dizer: muitas vezes, o leitor procura, acha e não compreende. Isso é muito comum.

Carla: Você pode ser um leitor proficiente, mas não um bom navegador, ou seja, não saber onde buscar as informações. Ou você pode ser um ótimo navegador, que busca e encontra informações rapidamente, mas que, na hora de ler os textos, não é bem sucedido. O que a gente gostaria é que todo mundo fosse bom leitor e bom navegador, porque essas coisas se complementam. Queremos alunos que sejam proficientes nas buscas, ou seja, que saibam onde encontrar informações, mas que também consigam distinguir se elas são confiáveis ou não. E que possam julgar a credibilidade de um determinado *site*. O aluno precisa saber que ele não pode olhar para as informações que encontra em um *blog* como para pesquisas divulgadas por um *site* acadêmico. Outra coisa: ele precisa entender para que serve um *Twitter* e para que serve um *Facebook*, e estar ciente de que o que você "fala" no perfil do *Facebook* de uma empresa é diferente do que você pode falar com seus amigos no seu perfil particular, por exemplo. O aluno precisa desenvolver noções como "até que ponto eu vou me expor". O letramento digital pede que as pessoas não forneçam informações pessoais para desconhecidos. Isso é coisa que quem usa a internet há mais tempo já sabe, mas que os meninos mais novos, que muitos chamam de "nativos digitais", não sabem. São nativos digitais, mas são ingênuos também. Todas essas questões estão envolvidas no letramento digital.

Júlio: Tem algo muito preocupante no discurso que prega que "os meninos navegam muito bem, pois eles estão aí na *internet* o tempo todo". Acontece que eles podem estar desenvolvendo apenas habilidades de navegação, e não de compreensão. Não sabem filtrar as informações a que têm acesso e fazer um bom uso delas. No Ceará, tenho observado que ao lado de uma escola pública sempre existe uma *lan house*. Seria muito interessante se realizassem uma pesquisa como essa da Ana Elisa para vermos os resultados e, talvez, constatarmos o óbvio: os meninos navegam mais e leem menos. Afinal, sabemos que, quando esses estudantes se deparam com textos mais complexos na escola, os resultados são desanimadores: a compreensão é falha, e muitos não conseguem resolver problemas simples.

Carla: E aí estamos falando de habilidades mínimas que uma pessoa precisaria ter para localizar informações, avaliar se se trata de uma hipótese, de um fato ou de uma opinião, identificar o tema central de um texto, fazer inferências, perceber pressupostos, relações de tempo e de causa e consequência.

Quais são as principais normas que regem a linguagem e os códigos da *internet*? Quais seriam as principais características da comunicação virtual?

Ana Elisa: Há muita gente estudando o que é peculiar no digital, e ninguém respondeu ainda. Existe uma turma preocupada em saber como você transforma a linguagem de uma reportagem no impresso em linguagem própria para a *web*, para o celular ou para o *iPad*, sempre procurando compreender o que é específico de cada uma dessas plataformas.

O que podemos já inferir é que existem várias linguagens, o "internetês", por exemplo. O usuário, ao contrário do que muita gente pensa, mostra-se preocupado com a linguagem nos bate-papos. Ao invés de escrever "nao", sem o til (~), ele escreve "naum". Ou seja, ele mostra que está preocupado com a forma como aquela palavra será lida. Quando se coloca a letra "H" no lugar do acento agudo, a intenção é mostrar que a tonicidade está naquela sílaba. Existem muitas alterações que o "internetês" vai incorporando que demonstram a consciência de quem escreve. Acho essa linguagem fantástica.

Carla: Além da acentuação, as alterações na pontuação também demonstram uma preocupação de quem escreve para se fazer entender: uma letra repetida mil vezes e o uso de maiúsculas são estratégias para marcar a oralidade. Lemos muito frequentemente, na mídia, que os meninos estão "desaprendendo a escrever", como se a *internet* inteira usasse a linguagem dos *chats*. *Chat* é *chat*, *Twitter* é *Twitter*. São coisas diferentes. Várias linguagens em lugares diversos, e as crianças discernem que não se pode usar a mesma linguagem nos diferentes meios. É legal perceber o "internetês" como um jeito de tentar outras possibilidades da linguagem. Os usuários estão refletindo, estão experimentando e criando novas formas de linguagem. E, com a multimodalidade, mais ainda.

Julio: Essa história de tentar apreender o que é peculiar na escrita digital depende dos mundos, das ações de linguagem, do *software*, do gênero. Por exemplo: um bate-papo educacional no *Moodle* tem um caráter acadêmico bem acentuado. Já no *chat* da UOL, a linguagem poderá ser mais informal. Depende muito do propósito, do acordo – tácito ou não – entre as pessoas envolvidas na situação de comunicação.

Ana Elisa: Algumas tendências do digital que podem parecer arbitrárias têm motivos técnicos que acabam definindo o uso de determinado ambiente da *web*. O "internetês", por exemplo, tem origem nos *chats*. Vejamos de onde surgiu a tendência a abreviar e a escrever sem acento: na época em que surgiram os *chats*, a conexão era discada. Pagávamos por minuto, então era necessário escrever rápido. E os programas eram em inglês, língua que não possui acentos. Outro exemplo é o *Twitter*. O padrão de 140 caracteres define o gênero e como as pessoas escrevem: se vão substituir uma palavra por um sinal, uma barra, tirar parte da palavra...

Tudo é transformado em linguagem computacional, o que torna as coisas mais fáceis. Um menino, hoje, pode ter um *blog* em que posta vídeo, foto e texto, o que ele não pode fazer em um livro, porque o esforço técnico seria muito maior. Antes, era preciso ser especialista em algum aspecto da produção do texto e mandar o seu material para outro especialista imprimir. O computador põe tudo em nossas mãos, sem que precisemos entender detalhes do funcionamento da máquina. Como a interface é intuitiva, não é preciso saber o que acontece por trás da tela. Basta saber que, se clicarmos em determinado lugar, aparece uma foto ali.

Júlio: Outro aspecto que eu diria que é típico do digital é a brevidade. As pessoas precisaram aprender a dizer com qualidade, a dizer muito em pequeno espaço. Parece que estamos em um momento de velocidade incronometrável e, paradoxalmente, brigamos com o tempo para poder ter tempo e isso se reflete na linguagem muito naturalmente. A gente vai sendo empurrado pela situação que gravita em nosso entorno e, como sujeitos de linguagem, criamos soluções inteligentes.

A efemeridade dos gêneros e linguagens na internet pode ser um motivo para o professor se afastar das tecnologias, como se fossem modismos que a escola não tem condições de acompanhar?

Júlio: Depende do objetivo e da intenção pedagógica do professor. A rigor, eu diria que não existem gêneros digitais. O que existem são acordos tácitos – ou não – sobre como se deve colocar em cena as necessidades de se dizer alguma coisa. Os gêneros digitais não são uma coisa e os não-digitais, outra. Todos são, do ponto de vista do estudo de um objeto, gêneros, que se influenciam, se interpenetram. Eles têm a vida que a sociedade determina que tenham, sua longevidade está nas necessidades das pessoas. O fórum do *Orkut*, por exemplo, pode ter se enfraquecido, mas o gênero como um todo, não. Ele está em outros lugares.

Carla: Mesmo que a tecnologia ou o gênero mudem, não desaparecem completamente. A ideia de ter um grupo de amigos e continuar conectado com eles, por exemplo, não muda. E isso acontece em todos os meios de comunicação. É engraçado como às vezes as pessoas acham que o impresso não é efêmero também! Mas ele mudou muito ao longo dos anos: revistas, livros e jornais eram muito diferentes.

Júlio: A verdade é que ainda estamos em um momento de transição. Eu acredito que, daqui a um tempo, esses diferentes suportes vão conviver com muito mais tranquilidade. Hoje, ainda há muita competição.

Talvez o maior problema de se trabalhar com ferramentas da *internet* na escola seja o fato de estarmos lidando com algo que é uma prática social, mas que, por ser trabalhada no ambiente escolar, acaba sendo escolarizada. Como resolver esse impasse? O que seria um uso interessante da *internet* no ambiente escolar?

Ana Elisa: A *internet* possui ferramentas, como os fóruns, que lhe possibilitam escrever muito. Às vezes, os meninos estão fazendo coisas muito legais na *web* e o professor nem sabe: tem muito jovem escrevendo *fanfiction*, por exemplo, ou traduzindo capítulos de *bestsellers*, como *Harry Potter*, antes mesmo de a tradução chegar ao Brasil. Isso sem falar nas legendas de filmes feitas por usuários, além da realização de vídeos.

Júlio: Recentemente, houve grande debate no *Twitter* em função da democratização do Egito. Essa discussão foi definidora dos rumos que aquele país tomou. Uma ótima atividade que o professor poderia fazer é se aproveitar de uma situação real como essa e sugerir que os alunos acompanhem a discussão. Quanto mais reais forem as situações, menos artificiais serão os trabalhos escolares. De qualquer maneira, essa prática sempre será escolarizada, porque a escola é uma agência de letramento que trabalha com sistematização. Ela não é o espaço do improviso, embora saber lidar com o improviso seja um componente interessante para um professor. Outra ideia interessante é discutir o conceito de "seguir", oriundo do *Twitter*, com as crianças. Eu sigo quem? Por quê? Que conteúdos eu acesso quando sigo essa pessoa? Que tipo de consequência tem uma postagem irresponsável? É preciso fazer o aluno entender que ele é um sujeito de linguagem e que o que ele disser será reverberado.

Carla: Um fato curioso inaugurado pelos tempos da *internet* é que a escola – sobretudo a escola particular – passou a ter muito medo de exposição. É o que leva muitas instituições de ensino a comprar pacotes prontos de portais. Assim, os alunos ficam limitados a trabalhar apenas dentro do universo desses portais e não podem sair atrás dos *blogs* e *sites* que quiserem. Isso garante que a escola esteja "protegida", porque ninguém de fora vai ver os conteúdos postados por seus alunos. Isso é algo absolutamente neurótico, absurdo, louco. É uma maneira de a escola tranquilizar os pais de que os meninos estão protegidos e, também, de impedir o vazamento de informações ou comentários como "Ah, o menino do colégio tal escreveu uma palavra que era com S com Ç". Erros que são comuns na construção do conhecimento.

E qual a situação do professor e das escolas quanto ao letramento digital? Eles estão preparados?

Ana Elisa: O professor é nosso maior problema. A escola deve guiar o aluno, mas, antes, alguém tem que guiar o professor. Existem professores de todas as idades, muitos deles são nativos digitais, mas outros ainda não se apropriaram dos usos da *internet*. Tem professor que acha que é só colocar os meninos na frente de um *blog* e mandar a turma postar uma resenha. Isso é apenas transferir uma tarefa escolar de um suporte para outro.

Carla: A primeira preocupação deve ser com a formação do professor. Poucas universidades investem em letramento digital. Muitos pedagogos saem da universidade sem ter feito uma disciplina a distância, não sabem que mundo é esse das possibilidades do uso da internet para o ensino. Como um professor vai conseguir fugir de um uso escolar chato da *internet* e propor atividades interessantes em sala de aula, se ele não participa e não entende o que é esse mundo?

Ana Elisa: O bom uso das ferramentas digitais e da *internet* pressupõe um professor "conectado". O problema é que, para acompanhar a *internet*, gasta-se um tempo absurdo. Se o professor não ficar esperto, ele trabalha 24 horas por dia. Existe um problema de qualidade de vida. Mas, por outro lado, a *internet* aumenta muito o espaço de atuação do professor, que pode conhecer gente do mundo inteiro e acessar qualquer tipo de informação. Se você sabe quem seguir, se sabe navegar e ler a rede, você pode conhecer pessoas interessantes e receber informações muito privilegiadas.

Carla: A escola também é um problema. Ela ainda funciona na base de "caixinhas de aula" de 50 minutos. A cada horário, muda o professor, que fala durante esses 50 minutos na orelha dos alunos. Depois, tem uma prova para o aluno escrever tudo o que foi ensinado. Coisa de antigamente. O que dá pra fazer num laboratório de informática em 50 minutos? Nada. Quando os meninos começam a achar coisas interessantes, já está na hora de desligar a máquina e ir embora. A divisão de tempo na escola deveria ser diferente. Se a escola não mudar radicalmente sua concepção do que é conteúdo, do que é aprender e de como o conhecimento é construído, não tem jeito.

Quais as consequências derivadas da ampliação do acesso à *internet*, tanto para os professores quanto para os alunos?

Júlio: O computador chegou à escola. E agora? Não há nenhuma política pública interessante de letramento digital dos docentes. Que possibilidades pedagógicas eles vão poder extrair da largura de banda? Na verdade, a ampliação do acesso não significa mais letramento; significa que a demanda de trabalho fica ainda maior. E as condições dadas aos professores – sobretudo aqueles da escola pública – continuam sendo mínimas. Por outro lado, é impossível negar que há algum tipo afetação acontecendo pela ampliação do acesso. E isso responsabiliza muito os educadores, e também os pais, do ponto de vista social.

Ana Elisa: As pessoas estão sendo vigiadas pela *internet*, demitidas por causa do *Facebook* ou do *Twitter*. Tem diretor de escola punindo aluno porque ele falou mal do professor no *Facebook*. Está tudo misturado, e isso tem a ver com o acesso. Se antes apenas uma elite tinha acesso à *internet*, agora, todos têm.

Júlio: Hoje, o cidadão comum – e não apenas os jornalistas – é um produtor de conteúdo. Como o acesso ampliou, os lugares de fala passaram a ser mais questionados. Em que informações confiar? O que fazer com elas? Mas acho que, com isso, a escola tem uma excelente oportunidade. Porque as pessoas pensam que usar a *web* é postar uma resenha no *blog* ou fazer um debate no *Twitter*, mas pode ser mais que isso. Para mim, o maior ganho que tivemos com a ampliação do acesso foi essa dissolução dos limites que separam o digital do não digital. A *internet* passou a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas.

saiba mais

EM DESTAQUE

***Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas* – Luiz Fernandes Dourado. Ed. UFG e Ed. Autêntica, 2011.** O livro é composto por uma série de artigos que discutem o Plano Nacional de Educação 2001-2010 e analisam as propostas do projeto de lei do PNE 2011-2020, apresentando sugestões para sua formulação. Questões como avaliação e perspectivas para a Educação, formação de educadores, financiamento e gestão da educação estão entre os temas tratados nos textos de pesquisadores de conceituadas instituições de ensino superior brasileiras. A obra é recomendada àqueles que desejem se aprofundar no conhecimento das políticas educacionais.

www.rluizaraujo.blogspot.com/ - Em seu *blog*, o professor Luiz Araújo comenta os últimos acontecimentos que impactam as políticas públicas educacionais. Com textos de fácil leitura e profundos debates, é uma boa opção para quem quer se manter bem informado, já que o *site* é atualizado quase diariamente. O Plano Nacional de Educação 2011-2020 tem sido o principal tema das postagens dos últimos meses.

http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado - O MEC disponibiliza, em sua página, a consulta ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas da rede pública de ensino. É possível, também, verificar as médias nacionais, estaduais e municipais no exame.

AULA EXTRA

***Coelho Sabido* –** Série de jogos desenvolvida pela *The Learning Company* e editada no Brasil pela Divertire/Melhoramentos. Voltada para crianças de diversas idades, a coleção é dividida em volumes que trabalham a linguagem em diferentes níveis. Cada título traz uma aventura diferente do Coelho Sabido e de sua turma, na qual a criança é estimulada a trabalhar com palavras, textos, números, cores e sons. O jogo pode ser adquirido pelo *site* www.coelhosabido.com.br/home.

***Brincando de matar monstros* – Gerard Jones. Ed. Conrad, 2004.** O livro discute a influência das mídias na formação das crianças. O autor convida pais e professores a pensar o impacto dos *games* violentos nas novas gerações e como esse tipo de entretenimento pode tomar parte no processo de desenvolvimento infantil.

http://www.lynn.pro.br/ – *Site* da doutora em Educação e Comunicação Lynn Alves. Reúne suas pesquisas, livros e projetos acadêmicos sobre a relação entre as novas tecnologias digitais e a aprendizagem.

***Jogos online para alfabetização: o que a internet oferece hoje* - Andréa Lourdes Ribeiro e Carla Viana Coscarelli.** Artigo apresentado no III Encontro Nacional Sobre Hipertexto (Belo Horizonte, MG – 29 a 31 de outubro de 2009). As pesquisadoras analisam jogos de *internet* que possuem direta ou indiretamente o objetivo de auxiliar a alfabetização. Os jogos foram avaliados quanto à usabilidade, à concepção de aprendizagem, à utilização de recursos digitais, à extensão do repertório, à contextualização, ao desafio e ao *feedback*.

LIVRO NA RODA

***Um curumim, um pajé e a lenda do Ceará* - Rouxinol do Rinaré. Ed. IMEPH, 2010.** O livro é uma adaptação para o cordel do romance Iracema, de José de Alencar. Voltado para o público infantil, reconta a história de amor entre a índia Iracema e o português Martim, com o ritmo e as rimas característicos do cordel, o que agrada às crianças. O livro apresenta muitas ilustrações e pode ser adquirido pelo *site* http://migre.me/5bbHr.

Kit do Projeto Acorda Cordel Na Sala De Aula. O kit do Projeto criado pelo poeta popular Arievaldo Viana foi desenvolvido para auxiliar o trabalho com o cordel nas escolas. Inclui um livro com 144 páginas, que apresenta a história da literatura de cordel, as técnicas da poesia popular e alguns exercícios para professores e estudantes; uma caixa com doze folhetos; e um CD com dez poemas musicados por poetas populares. Pode ser adquirido pelo *e-mail* acordacordel@ig.com.br.

***A Moça que namorou com o Bode* - Arievaldo Viana e Klévisson Viana. Ed.Tupynanquim, Ed. Coqueiro, 2003.** A história em quadrinhos é uma adaptação feita pelo poeta popular e quadrinista Klévisson Viana do cordel escrito por Arievaldo Viana. Na trama, Chiquinha, uma bela moça do interior do Ceará, engravida de um bode que se transformou em homem. Personalidades ilustres da cultura popular, como o músico Luiz Gonzaga e o poeta Patativa do Assaré, fazem "pontas" na história. O livro pode ser adquirido pelo telefone (85) 3217-2891 ou pelo *e-mail* editoracoqueiro@bol.com.br.

***A Batalha de Oliveiros com Ferrabrás* - Leandro Gomes de Barros, Klévisson Viana, Eduardo Azevedo. 2011.** A história em quadrinhos é uma adaptação feita pelo poeta popular e quadrinista Klévisson Viana e pelo ilustrador Eduardo Azevedo do clássico cordel de Leandro Gomes de Barros. Na Idade Média, Oliveiros, um dos 12 cavaleiros liderados por Roldão, enfrenta Ferrabrás, o líder das hordas turcas. A obra remete ao romance *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, escrito pelo português Jerônimo Moreira de Carvalho. Pode ser adquirido pelo *e-mail* acordacordel@ig.com.br.

***Dom Quixote em Cordel* – Olegário Alfredo. Crisálida Editora, 2010.** Adaptação do clássico da literatura *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes. Em 2005, Olegário Alfredo escreveu um folheto de cordel recontando as aventuras do famoso personagem e de seu fiel escudeiro, Sancho Pança, para comemorar os 400 anos da obra. No ano passado, a adaptação ganhou o formato de livro ilustrado.
Disponível para venda em http://migre.me/5bbTN.

ENTREVISTA

***Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas* - Carla Coscarelli e Ana Elisa Ribeiro. Ed. Autêntica, 2005.** Organizado pelas entrevistadas desta edição, o livro aprofunda a discussão do letramento digital e traz sugestões de trabalho em sala de aula.

www.twitter.com – Por meio de um cadastro simples e gratuito, é possível ter acesso a um mundo de informações sobre qualquer assunto, além de produzir o próprio conteúdo. Busque por @CealeFae e receba as últimas atualizações do Portal Educativo Ceale e as novidades do jornal *Letra A*. Ana Elisa Ribeiro (@anadigital), Carla Coscarelli (@cvcosc) e Júlio Araújo (@araujo_jc), entrevistados desta edição, também estão presentes na rede social.

Marildes Marinho

A trajetória acadêmica da pesquisadora foi marcada pelo desejo de compreender as especificidades da cultura escrita nos diferentes contextos sociais

POR CECÍLIA LANA

A professora Marildes Marinho, que atravessava um momento de plenitude em termos de reflexão conceitual e produção acadêmica, teve a vida inesperadamente interrompida num episódio trágico. Doutora em linguística, pesquisadora do Ceale há quase 20 anos e uma das responsáveis pela viabilização do curso de formação de educadores indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ela não teve tempo de se despedir de parentes e amigos que acompanharam sua trajetória de contribuições para a área da Educação.

Seu primeiro contato com turmas de alfabetização ocorreu em 1972, antes mesmo de graduar-se no curso de Letras da UFMG. Marildes tinha 19 anos e foi convidada pela supervisora pedagógica Conceição Guimarães para trabalhar com os quatro primeiros anos do ensino fundamental, em uma escola rural próxima ao município de Igarapé (MG). "Fiquei tão encantada com a lucidez, a inteligência e a criatividade dela que resolvi convidá-la para trabalhar comigo", conta.

Durante os três anos em que lecionou na escola rural, Marildes trabalhou com diferentes estratégias de incentivo à leitura e à escrita. Uma das atividades de que a professora mais gostava era a organização de apresentações teatrais. Era um exercício completo: depois de lerem um texto, as crianças propunham diferentes maneiras de adaptá-lo para o gênero dramático; a turma votava na melhor adaptação e a versão escolhida era ensaiada incansavelmente. A ex supervisora lembra que Marildes costumava levar para a escola um toca-discos e uma caixinha de som. "Ela gostava de colocar música para os alunos ouvirem enquanto redigiam seus textos. E tinha mania de promover concurso de poesia, concurso de redação...", diz Conceição.

Dinâmica, criativa, alegre, incansável. Características que, a julgar pelo relato de colegas que, mais tarde, viriam a trabalhar com Marildes na Faculdade de Educação da UFMG, a pesquisadora carregou por toda a vida.

Usos da leitura e da escrita

Em 1988, Marildes Marinho iniciou sua pesquisa de mestrado na UFMG. Seu trabalho investigou a presença da escrita em contextos sociais de marginalidade. "Na época, a pesquisa de Marildes foi considerada muito inovadora, pois marcou o início da discussão sobre os usos da leitura no cotidiano das camadas populares", lembra o pesquisador e amigo Gilcinei Carvalho. Os estudos de Marildes provaram a presença de materiais escritos em uma vila periférica de Belo Horizonte, contribuindo para a destruição do mito de que membros de classes sociais mais baixas não sabiam ou não gostavam de ler.

A pesquisadora Ana Maria Gomes, que foi colega de turma de Marildes no mestrado e que, mais tarde, tornou-se sua amiga íntima, acompanhou de perto as investigações: "Eu me lembro muito bem de Marildes contando das caixas de livro que havia encontrado escondidas debaixo das camas das casas das comunidades. Este era o perfil dela: buscava o que estava escondido e revelava o que, aparentemente, não podíamos ver". A atual diretora do Ceale, Maria Lúcia Castanheira, também tem boas recordações dos tempos do mestrado: "A lembrança mais forte que guardo de Marildes é de seu jeito questionador. Desde a época da pós graduação, as perguntas que ela fazia mudavam a perspectiva na qual determinado assunto estava sendo trabalhado".

Entusiasmo, amizade e muita correria

"Chega a ser curioso como alguns traços da personalidade de Marildes acabaram estabelecendo formas de trabalho dentro da Faculdade de Educação". A afirmação é da pesquisadora Maria Zélia Versiani, mas poderia ter sido feita por qualquer outro colega próximo a Marildes. Todos eles seriam unânimes em concordar que o "corre-corre" pelos corredores da Faculdade, o ânimo inesgotável para reuniões que não tinham fim e seu bom relacionamento com pesquisadores de diferentes orientações teóricas resultaram numa atuação em diversas frentes. Pesquisas no Ceale, revisão e edição de textos para a revista eletrônica Língua Escrita, coordenação do curso de Licenciatura em Educação do Campo e, mais recentemente, organização do Colóquio Internacional sobre Letramento e Cultura Escrita e coordenação do curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas (FIEI). "Marildes tinha uma espécie de 'idealismo-pé-no-chão' que a fazia reunir pessoas de lugares distintos para realizar as propostas com as quais ela sonhava – propostas que, muitas vezes, não entendíamos muito bem como funcionariam na prática, mas que acabavam dando certo", conta Maria Zélia Versiani.

Mais impressionante ainda era a maneira bem humorada e enérgica como ela conduzia seus projetos: parecia não se cansar nunca! "Reclamar sobre excesso de trabalho era um assunto proibido quando Marildes estava por perto. Isso porque ela acreditava que, se você tinha escolhido fazer parte de um grupo de pesquisa, então não tinha direito a reclamações", explica Gilcinei Carvalho.

Menina dos olhos

Desde os anos 2000, Marildes vinha concentrando seus esforços em estudos sobre os usos da leitura e da escrita em comunidades indígenas. Inicialmente, ela e a amiga Ana Maria Gomes realizaram trabalhos de assessoria à alfabetização de adultos em povos do norte de Minas. Depois, a luta pela abertura de um curso de licenciatura e formação de professores indígenas tornou-se a maior ambição das pesquisadoras. "Foi esse o objetivo que Marildes perseguiu nos últimos anos: gradual e cuidadosamente, ela pautou as bases de uma abordagem para o bilinguismo dentro de um curso institucional", conta Ana Maria Gomes.

Finalmente, em 2006, a UFMG passou a ofertar o curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas. Marildes logo assumiu a coordenação do setor de Linguagens. Seu próximo passo seria a luta pela introdução da possibilidade de um concurso vestibular bilíngue, proposta que foi aprovada apenas recentemente, no primeiro semestre de 2011. No último mês de maio, passados cinco anos da implantação do FIEI, 130 formandos de sete etnias concluíram o curso e receberam o diploma do ensino superior, qualificando-se como docentes. A conquista é, sem dúvida, fruto do trabalho paciente, atento e cuidadoso de Marildes Marinho.

Com sua morte, a Faculdade de Educação da UFMG perde uma grande pesquisadora. Os frutos de seu trabalho, no entanto, continuam a florescer: a cada ano, ingressa na universidade uma nova turma de alunos do FIEI; o Colóquio Internacional sobre Letramento e Cultura Escrita, que Marildes idealizou, segue como parte da programação fixa de eventos realizados pelo Ceale; e, sobretudo, mantém-se viva a discussão em torno da cultura escrita.

O jornal *Letra A* é uma ação da Rede Nacional de Centros de Formação Continuada do Ministério da Educação.

| PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA | DIRETORIA DE POLÍTICAS DE FORMAÇÃO, MATERIAIS DIDÁTICOS E TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA | COORDENAÇÃO GERAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES |

Ministério da Educação

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL